

A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE HISTÓRIAS ENVOLVENDO CRIMES, A RESPONSABILIDADE CIVIL E A “SON OF SAM LAW”

Flaviana Rampazzo Soares *

A mídia, respondendo aos anseios e à curiosidade da audiência, vem utilizando a exitosa fórmula de explorar comercialmente diversas histórias célebres envolvendo crimes ou acontecimentos insólitos, de grande repercussão ou que rendem enredos que despertam interesse, consequentemente audiência e subseqüentemente, sucesso e dinheiro.

Com isso, a indústria do entretenimento se movimenta economicamente em diversas frentes, contando com vários partícipes, como aqueles que escrevem o roteiro, encenam, produzem, distribuem e fornecem insumos para a criação de produtos que têm o apelo de um enredo famoso, porque assim há maior chance de despertar curiosidade, em comparação obras oriundas de casos sem repercussão ou que não sejam “baseados em fatos reais”.

Há, inclusive, um termo estrangeiro para designar esse fenômeno na indústria do entretenimento audiovisual: o gênero *true crime*. Filmes, séries, documentários, *podcasts*, e uma infinidade de meios são utilizados para veicular e popularizar obras de áudio e vídeo de tramas fundadas em casos reais, que se tornaram objeto de fascínio por expectadores e produtores de conteúdo¹.

Se, por um lado, o público consome esses produtos por entretenimento, por outro, há os verdadeiros partícipes voluntários ou involuntários dos scripts, que são os seus protagonistas, os antagonistas e os personagens secundários.

Em geral, as vítimas diretas, as pessoas com vínculos próximos (notadamente familiares) e os algozes passam ter a experiência de reviver os fatos quando volta à tona um episódio de *true crime* e as histórias que as envolveram, as quais muitas vezes são escritas pelos próprios algozes ou têm participação ativa destes.

Seja por catarse, seja com a intenção de tentar apresentar a sua versão para os fatos – fantasiosa ou não –, por vezes a história dos criminosos toma corpo em forma de texto e os

* Mestre e Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Especialista em Direito Processual Civil. Advogada e Professora. Associada fundadora e atual Presidente do IBERC (Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil). Diretora Executiva da Revista IBERC.

¹ NEVES, Carol. Por que histórias sobre crimes nos atraem tanto? Correio24horas. Publicado em 09 set. 2019. In: <https://www.correio24horas.com.br/entretenimento/variedades/por-que-historias-sobre-crimes-nos-atraem-tanto-0919>. Acesso em 19 out. 2024.

Quanto ao mesmo tema: <https://jornalocasarao.uff.br/2023/06/19/nao-e- apenas-baseado-em-fatos-reais-o-aumento-da-producao-e-consumo-do-genero-de-true-crime/>. Acesso em 19 out. 2024.

direitos de exploração são negociados para serem adaptados, tornando-se roteiros e, posteriormente, produtos com algum modo de monetização no mercado audiovisual.

Há muitas questões jurídicas a envolver esse tema, mas este editorial está focado em responder sobre a possibilidade do algoz explorar a sua história e qual é o destino que o resultado financeiro dessa exploração deve ter, em Nova Iorque.

Ainda nos anos 1970, o *serial killer* David Berkowitz (conhecido como "Filho de Sam") aterrorizou Nova Iorque com tiroteios que deixaram seis mortos e sete feridos. Após ser julgado, foi condenado a uma pena de vinte e cinco anos de prisão. A seguir, veículos de entretenimento começaram a mostrar enorme interesse em explorar comercialmente o episódio.

Em 1977, em resposta à forte indignação social quanto a possibilidade de que o assassino lucrasse com o horrendo acontecimento, foi editada em Nova Iorque a *Son of Sam Law* (*New York Executive Law Section 632-a*), com o objetivo de desincentivar criminosos a firmarem contratos de venda das histórias dos crimes. Por meio da lei, permitiu-se que o conselho criminal de Nova Iorque apreendesse os recursos ganhos por criminosos condenados, em negócios de entretenimento, com a finalidade de destiná-los à compensação das suas vítimas.

Desde essa época, a lei pioneira serviu de inspiração para que outros estados criassem regras semelhantes², em geral com a imposição da obrigação aos criminosos de entregarem os lucros obtidos com a exploração comercial de suas histórias, autorizando o estado a se apropriar do crédito do criminoso com os negócios oriundos da negociação de biografias, com o objetivo já referido de encaminhá-lo à compensação das vítimas. Todas as leis com essas características acabam sendo "apelidadas" de *Son of Sam law*.

Em 1991, especificamente quanto a *New York's "Son of Sam" statute*, no julgamento do caso *Simon & Schuster, Inc. v. Members of the New York State Crime Victims Board*, 502 U.S. 105 (1991)³, a Suprema Corte dos Estados Unidos afirmou que a *Son of Sam Law* afrontava a Primeira Emenda da Constituição estadunidense, que trata, dentre outros temas, da liberdade de expressão e de imprensa, que são garantias muito caras aos estadunidenses. Argumentou-se inclusive que a lei teria como efeito prático desincentivar criminosos a contar as histórias, que poderiam ter interesse social, como no caso *watergate*.

A *Supreme Court*, no referido julgamento, decidiu que a *New York's "Son of Sam" statute* era excessivamente abrangente no que diz respeito à compensação das vítimas pelos lucros dos crimes, porque se aplicava a obras sobre qualquer assunto que evocassem os

² Aproximadamente quarenta estados. BURNWORTH. Justin. Making A Constitutional "Son of Sam" Law: Netflix's Booming True Crime Business. *Hastings Constitutional Law Quarterly*. V. 49. N. 1. Article 3. 2022. P. 1-20, em especial na p. 4. Disponível em: https://repository.uclawsf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2148&context=hastings_constitutional_law_quarterly, acesso em 31 out. 2024.

³ 1105. The First Amendment Problems of "Son Of Sam" Laws. Disponível em: <https://www.justice.gov/archives/jm/criminal-resource-manual-1105-first-amendment-problems-son-sam-laws>, acesso em 30 out. 2024. O caso dizia respeito a contratação de uma editora para a publicação da história de Henry Hill, narrada por Nicholas Pileggi. O livro detalhava a vida de Hill no crime organizado e, em menos de dois anos, mais de um milhão de cópias da obra foram impressas. O New York's Crime Victims Board ordenou que Hill devolvesse o dinheiro recebido pela história e que a editora entregasse à referida entidade os créditos oriundos do contrato com Hill. Caso disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/502/105/>, acesso em 04 nov. 2024.

pensamentos ou lembranças do autor sobre seu crime, independentemente do quão tangencial ou incidental isso pudesse ser e porque incidia sobre qualquer indivíduo que admitisse um crime ao contar sua história de vida, independentemente de ter sido realmente acusado ou condenado por esse crime⁴.

Os comentários a respeito do paradigmático caso referem que a lei apenas possibilita a apreensão de lucros de criminosos oriundos da liberdade de expressão, mas não se apoderam de outros proventos do crime em particular, a sugerir que a lei não é apta para oferecer o alcance suficientemente efetivo quanto ao objetivo de compensar vítimas de crimes com todos os rendimentos do crime, "mas são estreitamente adaptadas para cumprir o propósito inadmissível de impedir que criminosos lucrem especificamente escrevendo sobre seus crimes".⁵

No julgamento, o Justice O'Connor exemplificou o raciocínio, citando que a lei permitiria que o conselho criminal controlasse completamente os lucros de uma figura histórica famosa que escrevesse uma autobiografia no final de sua carreira, incluindo uma lembrança de, em sua juventude, ter furtado um item quase sem valor. A Corte afirmou que, conquanto fosse consistente e justificável o interesse de que existisse uma lei que controlasse os lucros dos criminosos oriundos da exploração econômica da sua história, a lei não estava adaptada para este fim de modo compatível com a primeira emenda. Leis análogas dos Estados da Nevada e da Califórnia percorreram caminhos semelhantes⁶.

Posteriormente ao julgamento referido, em 2001, a *Son of Sam Law* foi alterada com o objetivo de superar a incompatibilidade anteriormente declarada pela suprema corte. Na nova versão, duas importantes mudanças foram implementadas. Na versão original da lei, havia a referência genérica a *profits from crimes*, que dizia respeito a lucros oriundos da comercialização de livros, revistas, filmes ou outros meios de difusão. Na nova versão, foram incluídos todos os "fundos da pessoa condenada", além de determinar que as vítimas fossem notificadas quando uma pessoa condenada por um crime recebesse a partir de dez mil dólares por filmes e livros relacionados a suas histórias⁷. Atualmente, há dois projetos para alterar a lei, com o objetivo de impedir que familiares de criminosos lucrem com a exploração comercial das histórias de crimes.

A lei prevê a possibilidade de que qualquer vítima de crime possa propor ação civil para obter compensação financeira daquele que tenha sido condenado como autor, ou do representante dessa pessoa condenada, no prazo de três anos a contar da descoberta de

⁴ Item n. 106 do julgado: "(c) The New York law is not narrowly tailored to achieve the State's objective of compensating victims from the profits of crime. The law is significantly overinclusive, since it applies to works on *any* subject provided that they express the author's thoughts or recollections about his crime, however tangentially or incidentally, and since its broad definition of "person convicted of a crime" enables the Board to escrow the income of an author who admits in his work to having committed a crime, whether or not he was ever actually accused or convicted. These two provisions combine to encompass a wide range of existing and potential works that do not enable a criminal to profit from his crime while a victim remains uncompensated".

⁵ SLEVEN, Paul J. *Son of Sam laws following the high court's Simon & Schuster Ruling*. *N.Y.L.J.* Dec, 27, 1991.

⁶ BURNWORTH, Justin. Making a Constitutional "Son of Sam" Law: Netflix's Booming True Crime Business. *Hastings Constitutional Law Quarterly*. V. 49, n. 1, article 3. p. 1- 19. Feb. 2022. Trecho das p. 11-13. Disponível em: https://repository.uchastings.edu/hastings_constitutional_law_quaterly/vol49/iss1/3, acesso em 4 nov. 2024.

⁷ New York Consolidated Laws, Executive Law - EXC § 632-a. Crime victims. Disponível em: <https://codes.findlaw.com/ny/executive-law/exc-sect-632-a/>, acesso em 30 out. 2024.

quaisquer lucros de um crime ou fundos de uma pessoa condenada ou do recebimento da notificação de crédito, o que ocorrer por último. Os recursos ficarão bloqueados⁸ até que as ações sejam total e completamente julgadas. Expirado o prazo prescricional referido sem que nenhuma reivindicação tenha sido apresentada o valor em custódia deve ser destinado ao réu⁹.

Essa disposição sujeita o criminoso a um risco de ser demandado em uma ação de responsabilidade civil por um tempo muito superior se considerado outros criminosos não sujeitos à *Son of Sam law*¹⁰.

Mesmo em estados nos quais não há uma *Son of Sam law*, isso não impede que o tema seja debatido, como ocorreu no caso envolvendo a família de Ron Goldman no caso O.J. Simpson. Simpson foi absolvido da acusação de homicídio de Goldman, mas foi condenado a pagar indenização à família do falecido e o crédito de Simpson decorrente da publicação de um livro sobre a história, intitulado *If i Did it*, foi destinado à família Goldman com o propósito de satisfazer o pagamento da compensação¹¹.

Recentemente, o tema voltou a ganhar força com o caso Anna Sorokin, uma russa que se estabeleceu em Nova York em 2013, sob a fictícia identidade de Anna Delvey, fingindo ser uma rica herdeira alemã. Em 2019, ela foi condenada a doze anos de prisão, por várias acusações de tentativa de roubo qualificado, roubo de serviços e furto de propriedade, gerando prejuízos milionários para empresas (tais como bancos e hotéis) e pessoas naturais. Em 2021, esteve por um breve período fora da prisão, e, a seguir foi novamente presa porque seu visto expirou.

A Netflix, interessada na enorme repercussão do caso, inseriu em seu catálogo de streaming a série *Inventando Anna* (2022), baseada na sua história, para a qual desembolsou aproximadamente US\$ 320.000,00, a título de pagamento de direitos de adaptação à Sorokin, enquanto ela ainda estava presa. Sorokin foi obrigada a usar a maior parte dos recursos recebidos para custear a restituição judicial, a multa e os honorários de advogados¹².

A doutrina prevê que a *Son of Sam Law*, mesmo após a alteração legislativa de 2001, ainda está sujeita a ser novamente questionada em sua constitucionalidade, sob a justificativa de que tais modificações não foram suficientes para ultrapassar os argumentos levantados pela Suprema Corte estadunidense, sobretudo quanto ao fato de que trata largamente nos “lucros de

⁸ “Rather the antiprofit law is used to protect assets, usually by authorizing the creation of an escrow account, in order to satisfy civil judgments and restitution orders granted under the existing tort timeframe”. YAGER, Jessica. Investigating New York’s Son of Sam Law: problems with the recent extension of tort liability for people convicted of crimes. V. 48. Issue 3. Article 7. Jan. 2004. *N.Y.L. SCH. Law Review*. (2003-2004). P. 433-488. Disponível em: https://digitalcommons.nyls.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1243&context=nyls_law_review. Acesso em 4 nov. 2024. Trecho da p. 460.

⁹ New York Consolidated Laws, Executive Law - EXC § 632-a. Crime victims. Disponível em: <https://codes.findlaw.com/ny/executive-law/exc-sect-632-a/>, acesso em 30 out. 2024.

¹⁰ P. 436

¹¹ Informações disponíveis em: <https://www.cbsnews.com/news/goldman-family-gets-rights-to-ojs-book/> e <https://www.freedomforum.org/son-of-sam-laws/>. O caso *Goldman v. Simpson* consta em: <https://case-law.vlex.com/vid/goldman-v-simpson-no-892130119>. Todos acessados em 31 out. 2024.

¹² Vide <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56214595>. Acesso em: 1º nov. 2024.

um crime” o fruto financeiro de qualquer trabalho que faça menção a aspectos de um crime pelo qual uma pessoa tenha sido condenada, acusada ou que tenha referido¹³.

Não obstante esse entendimento, há quem afirme que, embora os críticos da lei ainda sustentem a ocorrência de “enfermidades constitucionais, o fato de que o estatuto se baseia em um interesse estatal convincente legitimamente reconhecido garantirá o apoio necessário para passar pelo teste constitucional”¹⁴, enquanto outros sustentam que a *Son of Sam Law* é incongruente com o restante do esquema de compensação de vítimas vigente em Nova Iorque¹⁵.

Em última análise, está em jogo a necessidade de compatibilizar o interesse de evitar que pessoas sejam beneficiadas (lucrem) por seus atos ilícitos; de assegurar o exercício da liberdade de expressão; de evitar que criminosos fiquem famosos por seus feitos indesejáveis e acabem se vangloriando por isso; de reprimir tentativas de incentivo, ainda que indireto, de condutas ilícitas pela notoriedade que as histórias podem alcançar; de refrear a exposição indevida das vítimas de condutas delitivas e de, se for o caso, de fazer com que eventuais recursos oriundos da exploração econômica sejam destinados ao pagamento das compensações devidas às vítimas.

Esse trabalho de conformação de justos interesses é desafiador. Nos EUA, conquanto a Suprema Corte valorize a liberdade de expressão, em diversos casos restringiu o seu exercício em razão de outros interesses relevantes, notadamente ligados a questões relativas a pornografia infantil ou o emprego de “*fighting words*”. As “palavras de combate” são aquelas que objetivam incitar violência ou ameaçar a paz, termo este cunhado pela primeira vez no âmbito da Suprema Corte em 1942, no precedente *Chaplinsky v. New Hampshire*¹⁶. Nesse caso, a Corte afirmou que “*fighting words*” não estão sob o manto da primeira emenda porque não são essenciais para a nobre troca de ideias que integra a gênese da garantia, porque elas não têm intenção se estabelecer como um processo colaborativo com propósito nobre, pois no campo das palavras de combate, o propósito nefasto é o de provocar uma resposta violenta, o qual é refutado pelo sistema jurídico.

Portanto, ao que parece, a Suprema Corte tende a restringir o exercício da liberdade de expressão quando a manifestação atingir um nível juridicamente inaceitável, porque a finalidade almejada no âmago da garantia não será atingida, ou, melhor dizendo, será

¹³ LANGDON, Jane. The Constitutionality of “Son of Sam” Laws after *Simon & Schuster v. New State Crime Victims Board*, 3, *DePaul Journal of Art, Technology & Intellectual Property Law*. V. 3. Issue 2. Article 2. Spring 1993. p. 58- 64. Trecho da p. 62. Disponível em: <https://via.library.depaul.edu/jatip/vol3/iss2/2> e BURDORTH, Justin. Making a Constitutional “Son of Sam” Law: Netflix’s Booming True Crime Business. *Hastings Constitutional Law Quarterly*. V. 49, n. 1, article 3. p. 1- 19. Feb. 2022. Trechos das p. 13 e 14. Disponível em: https://repository.uchastings.edu/hastings_constitutional_law_quarterly/vol49/iss1/3. Acesso em 4 nov. 2024.

¹⁴ VARGAS, Steven P. New York’s Son of Sam Law: Alive and Well Today. *Touro Law Review*: Vol. 11. N. 3, Article 5. (1995). Disponível em: <https://digitalcommons.tourolaw.edu/lawreview/vol11/iss3/5>, p. 629-651. Afirmação da p. 650.

¹⁵ YAGER, Jessica. Investigating New York’s Son of Sam Law: problems with the recent extension of tort liability for people convicted of crimes. V. 48. Issue 3. Article 7. Jan. 2004. *N.Y.L. SCH. Law Review*. (2003-2004). P. 433-488. Afirmação da p. 436. Disponível em: https://digitalcommons.nyls.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1243&context=nyls_law_review. Acesso em 4 nov. 2024

¹⁶ Disponível em: <https://www.law.cornell.edu/supremecourt/text/315/568>, acesso em 04 nov. 2024.

vilipendiada ou trará resultados intoleráveis. No entanto, a Corte não costuma restringir manifestações que sejam “apenas” desconfortáveis.

O importante é que o estado tenha um interesse relevante e convincente para justificar a regulação da liberdade de expressão e de restringir de algum modo a sua manifestação, e que a lei faça isso de modo adequado, contemplando requisitos legítimos (razoáveis e juridicamente aceitáveis), de modo específico e não demasiadamente amplo, pois “um estado não pode regular a fala de alguns por uma razão convincente se isso suprime a fala de muitos outros”¹⁷. E, de todo modo:

Impedir que criminosos lucrem com seus crimes é uma causa justa para lutar, mas, ao fazê-lo, confere aos estados o poder de silenciar os indivíduos que se insurgem contra graves injustiças que habitam os Estados Unidos. Os estados devem voltar seu foco para promulgar estatutos que abranjam a segunda metade do atual *New York “Son of Sam” statute*, a qual permite que as vítimas busquem “fundos de uma pessoa condenada”¹⁸.

Outra opção ventilada seria a de alterar a legislação penal para prever a imposição de multas elevadas em casos notórios, quando o Poder Judiciário identificar que o criminoso possa ter ganhos extraordinários ao contar a sua história de vida, destinando os recursos à compensação das vítimas¹⁹.

Ainda, sugeriu-se que a lei se aplicasse somente quanto a crimes com vítimas identificáveis, tratasse apenas de criminosos condenados (não deveria se aplicar aos rendimentos de obras nas quais o autor confessa um crime ou em que é apenas acusado de praticar um crime); incidisse sobre todos os rendimentos do crime e não apenas aos créditos por reconstituições em filmes ou livros; considerasse como “rendimentos de um crime” obras literárias cujo tema predominante fosse os atos criminosos do autor e não aqueles que fizessem referências incidentais à atividade criminosa.

Isso porque a Suprema Corte em seu pronunciamento condenou leis dessa categoria que sejam excessivamente elásticas em sua abrangência e em seus fatores de incidência, porquanto valoriza a aplicação legislativa da máxima da presunção de inocência, a prevalecer até prova em sentido contrário, sem prejuízo do reconhecimento do direito própria vítima de adotar as medidas hábeis ao resguardo dos seus legítimos interesses²⁰.

¹⁷ BURNWORTH, Justin. Making a Constitutional “Son of Sam” Law: Netflix’s Booming True Crime Business. *Hastings Constitutional Law Quarterly*. V. 49, n. 1, article 3. p. 1- 19. Feb. 2022. Trecho da p. 17. Disponível em: https://repository.uchastings.edu/hastings_constitutional_law_quaterly/vol49/iss1/3, acesso em 4 nov. 2024.

¹⁸ BURNWORTH, Justin. Making a Constitutional “Son of Sam” Law: Netflix’s Booming True Crime Business. *Hastings Constitutional Law Quarterly*. V. 49, n. 1, article 3. p. 1- 19. Feb. 2022. Trecho da p. 18. Disponível em: https://repository.uchastings.edu/hastings_constitutional_law_quaterly/vol49/iss1/3, acesso em 4 nov. 2024. Tradução livre da autora.

¹⁹ LANGDON, Jane. The Constitutionality of “Son of Sam” Laws after *Simon & Schuster v. New State Crime Victims Board*, 3, *DePaul Journal of Art, Technology & Intellectual Property Law*. V. 3. Issue 2. Article 2. Spring 1993. p. 58- 64. Trecho da p. 62. Disponível em: <https://via.library.depaul.edu/jatip/vol3/iss2/2>, acesso em 4 nov. 2024.

²⁰ LANGDON, Jane. The Constitutionality of “Son of Sam” Laws after *Simon & Schuster v. New State Crime Victims Board*, 3, *DePaul Journal of Art, Technology & Intellectual Property Law*. V. 3. Issue 2. Article 2. Spring 1993. p. 58- 64. Trecho da p. 62. Disponível em: <https://via.library.depaul.edu/jatip/vol3/iss2/2>, acesso em 4 nov. 2024.

A lei nova iorquina em destaque ainda é alvo de críticas, sob o argumento de que ela é incompatível com outras regras legais vigentes no referido estado, notadamente a *restitution/reparations law* e a *tort law*, que seriam destinadas a facilitar a compensação da vítima. Isso ocorre, por exemplo, ao permitir que sentenças penais estabeleçam indenização destinada diretamente à vítima (seção 60.27 da *New York Penal Law*). A restituição e a reparação constituem soluções alternativas e a sua distinção é qualitativa, pois a restituição consiste nos frutos da ofensa e reparação consiste em uma quantia que o réu tem condições de pagar. A escolha de qualquer uma delas é, pela linguagem normativa, permissiva, alternativa e discricionária, mas deve ser razoável. Na restituição, o judiciário pode conceder liberdade condicional ao réu e, ao mesmo tempo, impedi-lo de lucrar com seu ato criminoso²¹.

De acordo com o texto da *New York restitution law*, há um “equilíbrio de interesses”, pelo qual o tribunal é obrigado a considerar o *status* econômico do réu ao decidir, assim como a perda da vítima, o que “serve para evitar que a vítima desfrute de um enriquecimento injusto e que o réu sofra sob uma ordem de restituição indevidamente dura e irracional”²². A Seção 60.27 da *New York Penal Law*, dispensa a restituição e a reparação quando estas não forem do interesse da justiça, que também se expressa pela fixação de teto restitório ou reparatório e a emenda de 2001 à *Son of Sam Law* minou “qualquer consideração razoável da condição ou capacidade de pagamento da pessoa condenada alcançada pela lei de restituição ou reparação”. Por isso, para Yager, a *restitution/reparations law* de Nova York se sobrepõe em grande medida ao propósito da *Son of Sam Law*²³.

Segundo Yager, a *Tort Law* de Nova Iorque tem sido o meio das vítimas postularem indenizações pelos danos experimentados em razão de uma conduta lesiva, e ela atua como um complemento a qualquer restituição ou reparação recebida, pois a *N.Y. Penal Law*, em seu § 60.27(6) estipula que qualquer pagamento feito sob os ditames que regem a restituição ou reparação no âmbito da legislação penal, não impedem ou prejudicam qualquer pretensão em ação na qual seja postulado um montante superior ao que possa ter sido pago pelo responsável à vítima²⁴.

Yager, prossequindo na sua crítica, menciona que os prazos prescricionais na *Tort Law* de Nova Iorque são distintos daqueles contidos na *Son of Sam Law*, o que gera

²¹ YAGER, Jessica. Investigating New York’s Son of Sam Law: problems with the recent extension of tort liability for people convicted of crimes. V. 48. Issue 3. Article 7. Jan. 2004. *N.Y.L. SCH. Law Review*. P. 433-488. Disponível em: https://digitalcommons.nyls.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1243&context=nyls_law_review. Acesso em 4 nov. 2024. Trecho da p. 467.

²² Memorandum from Attorney General Robert Abrams, to Mario Cuomo, Governor (July 16, 1992), Governor’s Bill Jacket, L. 1992, c. 618 at 24.

²³ YAGER, Jessica. Investigating New York’s Son of Sam Law: problems with the recent extension of tort liability for people convicted of crimes. V. 48. Issue 3. Article 7. Jan. 2004. *N.Y.L. SCH. Law Review*. P. 433-488. Disponível em: https://digitalcommons.nyls.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1243&context=nyls_law_review. Acesso em 4 nov. 2024. Trecho da p. 470-471.

²⁴ YAGER, Jessica. Investigating New York’s Son of Sam Law: problems with the recent extension of tort liability for people convicted of crimes. V. 48. Issue 3. Article 7. Jan. 2004. *N.Y.L. SCH. Law Review*. P. 433-488. Disponível em: https://digitalcommons.nyls.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1243&context=nyls_law_review. Acesso em 4 nov. 2024. Trecho da p. 471.

incompatibilidades e dissensos na determinação do prazo a ser aplicado em cada caso concreto e para expandir o termo inicial da contagem do prazo e trataria injustificadamente de modo distinto os criminosos no que tange à sua sujeição a demandas indenizatórias. O raciocínio no sentido de que essa seria uma proteção à vítima perderia força com o argumento de que a pessoa lesada, propondo a ação civil dentro do prazo prescricional, teria o benefício de que todos os bens do demandado estariam sujeitos ao cumprimento a sentença por até vinte anos a contar da sua emissão, mas limitado a isso porque há um interesse estatal em pôr fim definitivamente aos litígios após o decurso de um determinado tempo. A expansão do prazo de prescrição implicaria problemas práticos, porque a *Son of Sam Law* cria um “período de responsabilidade sem fim”, sobre o qual o curso do tempo prejudica sobremaneira a parte probatória, com a perda ou destruição de provas. Adicionalmente, com essa medida, o Estado estaria minando diretamente os propósitos de reabilitação e do sistema de justiça criminal de forma ampla.²⁵

Por fim, costuma-se dizer que legislativamente será difícil para os EUA impedir que criminosos lucrem com seus crimes sem que isso implique silenciar vozes importantes em movimentos sociais que são considerados inestimáveis ao referido país.

²⁵ YAGER, Jessica. Investigating New York's Son of Sam Law: problems with the recent extension of tort liability for people convicted of crimes. V. 48. Issue 3. Article 7. Jan. 2004. *N.Y.L. SCH. Law Review*. P. 433-488. Disponível em: https://digitalcommons.nyls.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1243&context=nyls_law_review. Acesso em 4 nov. 2024. Trecho da p. 476-477 e 486.